

## Entre modernidade e tradição: disputas entre o Sphan e os ideais progressistas da primeira metade do século XX

Isabella Maria de Oliveira Almeida<sup>1</sup>  
Emerson Dionísio Gomes de Oliveira<sup>2</sup>

*Between modernity and tradition: disputes between Sphan and the progressive ideals of the first half of the 20th century*

*Entre modernidad y tradición: disputas entre el Sphan y los ideales progresistas de la primera mitad del siglo XX*

### Resumo

O presente artigo é uma análise sobre a linha tênue entre a ideia de progresso, em voga no começo do século XX, em contraste com as concepções preservacionistas que também se fortaleceram na mesma época no Brasil. No centro desse debate, encontra-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão centralizador das práticas preservacionistas do período, criado em 1936. Por meio de análises de periódicos e manchetes da época (1940-1960), buscou-se interpretar como essas disputas se desenrolavam no âmbito social e como a instituição, representante de uma política nacionalista, equilibrava-se entre o moderno e o tradicional.

**Palavras-chave:** *Sphan; Preservação; Modernidade; Progresso.*

### Abstract

This article is an analysis about the thin line between the progress idea – popular at the beginning of the 20<sup>th</sup> century – in opposition to the preservationist ideas that grew stronger in Brazil at the same period. At the core of this debate is Sphan - National Historic and Artistic Heritage Institute - created in 1936 and responsible for the preservationist practices in this period. By analyzing journals and headlines from 1940 to 1960, I aimed to understand how such disputes evolved socially and how the institute, representative of a nationalist politics, balanced modern and traditional.

**Keywords:** *Sphan; Preservation; Modernity; Progress.*

1 Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração de Gestão da Informação. Mestrado em Ciência da Informação na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: bellaunb1@gmail.com.

2 Professor associado do Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília. Doutor em História. E-mail: dionisio@unb.br.

## Resumen

El presente artículo es un análisis sobre la línea tenue entre la idea de progreso, vigente a principios del siglo XX, en contraste con las concepciones preservacionistas que también se fortalecieron en la misma época en Brasil. En el centro de este debate se encuentra el Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Sphan), organismo centralizador de las prácticas preservacionistas de la época, creado en 1936. A través del análisis de periódicos y titulares de la época (1940-1960), se buscó interpretar cómo estas disputas se desarrollaban en el ámbito social y cómo la institución, representante de una política nacionalista, se equilibraba entre lo moderno y lo tradicional.

**Palabras clave:** *Sphan; Preservación; Modernidad; Progreso.*

## Introdução

Dirigir o Sphan, ainda no período de formação, era, praticamente, extrai-lo do nada, tirá-lo de uma concepção geral, bastante vaga de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país. A ideia primitiva era pouco mais que a de um simples inventário (OS SERVIÇOS..., 1949).

O trecho acima, retirado do jornal *Diário Carioca* (1949), inicia este artigo com uma descrição bastante direta de como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan<sup>3</sup>) buscou construir uma narrativa sólida a respeito de sua trajetória e da importância do patrimônio nacional. A ideia vigente era de que antes do Sphan a História se encontrava carente de unidade e, depois do órgão, ela se resumia ao patrimônio.

O órgão, criado em 1936 em regime provisório, foi a materialização jurídica de um processo preservacionista que vinha ganhando força desde o começo do século XX. Fomentado pelo anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, o Sphan coadunou-se com as práticas propostas no Decreto-Lei nº 25/1937 na defesa do patrimônio histórico e artístico dos brasileiros (ANDRADE, 1987). À frente da instituição por mais de trinta anos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, advogado de formação e intelectual expoente no âmbito cultural, baseou a atuação da instituição na formação de uma rede de agentes, comumente chamados de “colaboradores”, em suma, ligados ao movimento modernista. Denominados por Mariza Veloso (2018) como “academia Sphan”, esses agentes se empenharam na construção de uma memória nacional, ao passo que solidificavam a história oficial.

---

3 Ao longo das oito décadas de atuação, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já passou por diversas mudanças de nomenclatura. De sua fundação, em 1936, até 1946 o órgão era denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1946, a corporação passa por uma reformulação e muda de nomenclatura, sendo denominado como Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). Já na década de 1970, com uma nova reformulação institucional, a sigla Sphan é novamente empregada, mas agora em forma de Secretaria. Na década de 1990, por fim, o órgão recebe a denominação atual, Iphan. Dessa forma, para trazer unidade e coesão, optou-se pela utilização, ao longo do texto, apenas da primeira sigla institucional – Sphan – em todos os períodos temporais aqui abordados.

Tributários dessa vertente, intelectuais modernistas constroem uma concepção de patrimônio a partir do aporte do conhecimento científico, tendo como referência, principalmente, manifestações culturais em concordância com os cânones da arte universal (JULIÃO, 2014, p. 182).

Ao longo de sua permanência à frente da corporação, Andrade operou de forma a consolidar a instituição como o verdadeiro sinônimo de patrimônio. Os reflexos de sua atuação perduram até hoje na memória institucional, sendo descritos como constituidores da “fase heroica” (FONSECA, 2017) devido ao intenso trabalho desenvolvido nos primeiros anos de atuação<sup>4</sup>. Entre tombamentos, registros, classificações, restaurações e formação de instituições museológicas, o Sphan foi sedimentando seu papel no cenário preservacionista nacional e consolidando um *modus operandi* que lhe garantiu a prevalência no que se referia ao patrimônio e à memória no Brasil da segunda metade do século XX. Numa simbiose entre homem e instituição, o diretor do Sphan era muitas vezes visto com certa lisonja pelos intelectuais do período, assim como por políticos e por parte da mídia: “Rodrigo M. F. de Andrade plasmou esse serviço um pouco à sua própria imagem, transfundindo-lhe, na organização e nos métodos, o espírito de suas excepcionais qualidades humanas, de homem de letras e de cidadão” (OS SERVIÇOS..., 1949).

O que prevalece como consenso atualmente é a ideia de que a instituição soube construir e manter uma memória unificada em torno de sua criação e atuação ao longo das décadas. Segundo Rubino (1992), o Sphan foi um excelente inventor de tradições, começou a criar já ao se fundar e, desde então, há um processo contínuo de reiteração (RUBINO, 1992, p. 12). Para Ribeiro (2013) é inegável que o Sphan conquistou a imagem de uma instituição ativa e coesa, baseada na competência de seu corpo técnico e em critérios científicos que justificariam a política patrimonial implementada (RIBEIRO, 2013, p. 36).

---

<sup>4</sup> Leticia Julião (2008) descreve o intenso processo de tombamento de bens móveis e imóveis pelo Sphan nos primeiros anos de atuação. Ao final da gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, a instituição havia tombado quase 700 bens, entre móveis e imóveis. Desse número, quase 30% teriam sido tombados nos primeiros anos de atuação do órgão.

No entanto, diferentes nuances na atuação da instituição eram percebidas e reveladas pela mídia da época. Os jornais eram os principais meios de reverberar a voz de intelectuais e críticos do período, os quais usavam as manchetes como vitrines de opiniões, sejam elas a favor ou contra a política vigente (ABREU, 2002)<sup>5</sup>. A parte de uma ideia de unidade e homogeneidade nas práticas do Sphan existia uma permanente disputa de poder no órgão, que se equilibrava num cenário de constantes mudanças sociais e políticas, entre ditaduras e democracia, entre a concepção de passado e futuro, tradição e progresso. Não há o objetivo de questionar a memória de uma instituição que atuou como precursora na centralização das práticas preservacionistas nacionais, mas ponderar as nuances que uma instituição pública possui no que se refere a sua atuação sociopolítica e como, para manter sua posição e status, o Sphan teve que se adaptar aos diferentes cenários em que foi inserido.

### *O Sphan visto nas manchetes dos jornais*

Em 1956, em matéria no *Jornal do Brasil* (BANDEIRA, 1956), ao celebrar os vinte anos de atuação do Sphan, Manuel Bandeira destaca o progresso da instituição no que se refere a obras de preservação e restauro do patrimônio nacional: 419 obras de arquitetura restauradas, 21 imóveis históricos e a fundação de vários museus, como os museus regionais de Minas Gerais, além da catalogação de arquivos eclesiásticos e civis e as constantes pesquisas publicadas na *Revista do Patrimônio*. A essa admirável atuação, Bandeira atribui o feito a Rodrigo M. F. de Andrade que, em suas palavras, “vive em função do patrimônio” e “o amor que dá a repartição é um prolongamento do amor que dá a sua família”. Andrade é descrito como um homem de “inexcedíveis qualidades” e que vinha lutando de forma árdua para “salvar o patrimônio” (BANDEIRA, 1956).

<sup>5</sup> É preciso salientar que nos anos de 1940, após o final da ditadura Vargas, e na década seguinte, a mídia impressa estava concentrada no eixo Rio-São Paulo, fragmentada em empresas com posições políticas distintas e frequentemente utilizada para pontuar interesses comerciais de seus proprietários. Textos laudatórios conviviam com contendas acaloradas. A representação de uma mídia “imparcial” que tomou o jornalismo nas décadas seguintes, bem como a concentração em poucas empresas, ainda não era uma realidade (ABREU, 2002).

Esse constante diálogo entre o passado tradicional e o futuro moderno foi uma das bases em que se solidificou a atuação da instituição Sphan. Considerando-se os regimes de historicidade proposto por Hartog (2019), percebemos que houve o princípio de um “tempo do patrimônio”. Há uma conexão entre passado, presente e futuro na intenção de se construir uma identidade nacional ao mesmo tempo que a identidade do próprio Sphan precisava ser estabelecida. Este trânsito no mundo das ideias, ao passo que se transitava em diferentes temporalidades, foi o que possibilitou a elaboração de uma teoria da temporalidade brasileira (VELOSO, 2018, p. 227).

É inquestionável o papel central que a instituição desempenhou na preservação de bens móveis e imóveis em todo território nacional. Os números citados por Manuel Bandeira exemplificam a prática constante do órgão em seus anos iniciais. Mas essa busca por salvar o patrimônio nem sempre encontrou receptividade na sociedade, vez ou outra esbarrava em conflitos, empecilhos e críticas duras, em grande parte relacionadas ao direito de propriedade e a ideia de progresso e modernidade.

Segundo Tavares (2016), muitos procedimentos adotados não recebiam o consentimento da população, que via vários de seus símbolos e de sua dinâmica social sendo alterados pela atuação do Sphan, o serviço recém-criado que passou a “ditar comportamentos” para a manutenção dos bens móveis e imóveis, agora vistos como patrimônio nacional. Nessa esfera, criou-se uma “delicada negociação” entre os técnicos do patrimônio e os agentes locais, sejam eles políticos, membros da igreja ou intelectuais locais. Segundo o autor, a disputa pela memória também era política, criando uma rede de relacionamentos, hora colaborativa e hora conflituosa.

Analisando as manchetes de jornais, podemos compreender como o Sphan se equilibrou na balança entre preservação e progresso da nação. Por mais que a criação da instituição tenha ocorrido numa aura quase redentora de salvação da tradição, é preciso situá-la em seu tempo e, principalmente, levar em

consideração suas atividades iniciantes. Ainda que as práticas preservacionistas, tombamento, registro, conservação ou restauração, tenham sido bem recebidas pelo cenário intelectual, aderindo a elas nomes como Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Gilberto Freyre, é importante ressaltar que além do círculo íntimo da instituição havia uma sociedade num delicado processo de transformação.

O Brasil saía de uma economia majoritariamente agrária para uma potência em ascensão que buscava se inserir nos cenários modernos, especialmente europeus. Crescia, então, a urbanização, a ética do automóvel, o número de fábricas, de rodovias, que, entre outros benefícios, fomentou também o comércio e o turismo. O progresso batia à porta, a rádio, a música e as peças teatrais estavam em alta e a sociedade brasileira recebia as mudanças ao mesmo tempo em que a historiografia nacional buscava solidificar a história da nação, almejando que o país fortalecesse uma tradição nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2021).

Nesse contexto assume-se que futuro e passado andavam de mãos dadas naquele presente, numa dinâmica delicada, como proposto por Hartog (2019), na construção de um tempo ou de um *Regime de Historicidade*. Passado e futuro aqui, tomando como ponto de análise uma visão preservacionista, podem ser lidos como barroco colonial e modernismo, respectivamente. A dupla que transita no tempo na busca pela consolidação de uma determinada identidade. Tendo em vista essa dinâmica social do período entre tradição e progresso, passado e futuro, vamos buscar nas manchetes de jornais<sup>6</sup> como esses impasses surgiram e como essa dinâmica de “trânsito no tempo”, às vezes, encontrava alguns empecilhos.

Nos primeiros anos de atuação da instituição, percebe-se que as manchetes eram voltadas justamente para as práticas ainda incipientes do órgão, ao pou-

---

<sup>6</sup> Todas as manchetes e notícias de jornais aqui citadas foram retiradas da Hemeroteca Digital, de domínio público, gratuito e online.

co conhecimento da sociedade em relação à instituição e, principalmente, ao suposto desconhecimento do próprio patrimônio nacional. Em 1944, o periódico *O Jornal* afirma que o Sphan vinha trabalhando de forma meticulosa e especializada, de norte a sul do país, reconstruindo, pesquisando e reunindo materiais que serviriam para elevar o nível cultural e cívico do povo brasileiro (EVOCAÇÃO..., 1944). Há uma crítica pelo desconhecimento, até mesmo das camadas mais cultas, das relíquias do país. O desinteresse do brasileiro pelos artefatos nacionais deveria, então, ser combatido pelo Sphan na tentativa de criar uma mentalidade que estaria, muitas vezes, diretamente associada à valorização dos bens históricos nacionais. Tal construção está, na essência, ligada à política de estado varguista, que buscava solidificar suas bases num forte apelo nacionalista. Esse discurso patriota foi, de modo espontâneo, sendo construído e defendido na busca pela construção de uma comunidade imaginada, como descrito por Benedict Anderson (2008), homogênea e com um passado comum a todos, deixando de lado particularidades regionalistas<sup>7</sup>.

Nessa mesma edição, *O Jornal* levanta uma dificuldade encontrada em Minas Gerais no que se refere à preservação de bens móveis, os chamados “compra-tudo”. Seriam indivíduos que percorreriam o interior da região, comprando tudo que fosse possível, muitas vezes a preços irrisórios. Esses negociantes faziam uma seleção para “segurar” os preços das peças consideradas relíquias, preferindo negociar com comerciantes estrangeiros na maioria dos casos. Dessa forma, o Brasil perdia parte de seus bens para o exterior ou para organizações particulares. Outro ponto levantado na publicação tinha a ver com os altos preços cobrados por particulares quando sabiam que o governo estava interessado em determinadas peças. Aproveitavam-se do interesse do Estado para cobrar preços abusivos, o que, frequentemente, obrigava o poder público a desistir de tal bem (EVOCAÇÃO..., 1944). Esse era o problema que,

<sup>7</sup> Por mais que a política do Estado estivesse estreitamente relacionada a um nacionalismo unificador, não é incomum perceber que, na prática, a atuação de alguns intelectuais ainda se estruturava na valorização do regional. Uma forma de lidar com esses impasses era a inserção do regional no nacional, ou seja, uma busca por legitimar certas práticas e tradições locais, atribuindo-lhes um sentido e ancestralidade nacional.

em sua essência, legitimou a criação do Sphan, já que em 1936 Rodrigo M. F. de Andrade havia anunciado no periódico *O Globo* que estavam “roubando o patrimônio artístico do Brasil” (ANDRADE, 1936).

Ressalta-se que Minas Gerais foi considerada, pelos ideais nacionalistas da época, o berço da civilização brasileira e um reduto da tradição nacional devido ao rico repertório de arte barroca presente na região. O Barroco era visto como “a herança mais brasileira das legadas no Brasil-colônia” (NYEMEYER, 1990, *apud* VELOSO, 2018, p. 239), o que justifica a especial atenção dada pelo Sphan à região mineira e a salvaguarda desse patrimônio específico. Segundo Veloso (2018, p. 239), “Minas nasceu barroca e este signo transformou-se em sua marca [...] era o lugar da tradição”.

Em 1947, o jornal *O observador econômico* publicou uma matéria sobre a Casa de Intendência de Sabará, em Minas Gerais, onde se encontrava o Museu do Ouro (CASA..., 1947). A matéria ressaltava a importância da criação desse museu, assim como de outros na região, na tentativa de preservar e manter bens tradicionais e históricos nacionais. Evidenciava que antes do Sphan “as reminiscências materiais do passado brasileiro viviam ao desamparo oficial, arruinadas e sem valia” (CASA..., 1947). O texto destacava a atuação do órgão, quase totalmente espelhada no diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, a quem foram atribuídas características como “bom gosto”, “honestidade”, “modéstia” e “competência”, qualidades essas associadas ao fato de Andrade ser mineiro, de uma família bastante tradicional. Esse tipo de associação entre Rodrigo M. F. de Andrade e o Sphan era bem comum, quase todos os meios de comunicação enfatizavam a centralidade do diretor nas práticas preservacionistas. Há sempre referências como “tal obra de Rodrigo M. F. de Andrade” (CASA..., 1947), colocando-o como sinônimo de tudo relacionado ao patrimônio<sup>8</sup>.

A formação de museus foi uma das práticas preservacionistas levadas à frente pelo Sphan como forma de preservar bens imóveis, em sua grande maioria

<sup>8</sup> Essa relação entre Rodrigo M. F. de Andrade e o Sphan é trabalhada na tese de doutorado feita por Letícia Bauer (2015).

obras coloniais, assim como abrigar bens móveis, atribuindo-lhes a proteção estatal por meio da musealização. Nas páginas de jornais, não é difícil encontrar o anúncio da inauguração desses espaços, repletos de valor histórico e dando ao Sphan as honrarias de tomar a frente de tais iniciativas. Segundo Santos (2011, p. 190-191):

E são os museus que servirão de espaço privilegiado para a propagação de uma memória que envolvesse a totalidade do Brasil traçando, ao mesmo tempo, na mentalidade coletiva, o sentimento de pertencimento a uma pátria grandiosa. Estas instituições passam a se configurar como os locais que conservavam artefatos históricos preservados, servindo como elementos expressivos para a formação do sentimento nacional, ou seja, um discurso unificador da nação.

Já em 1949, German Bazin<sup>9</sup> escreve para o periódico *O Jornal* exaltando o trabalho do Sphan na proteção dos bens históricos do país. O historiador enaltece o grupo de intelectuais que compõe o serviço, atribuindo a eles a eficiência com que o órgão vinha mapeando e protegendo o patrimônio nacional. Em sua narrativa, Bazin compara Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cândido Portinari e Manoel Bandeira a nomes como Pablo Picasso, Paul Valery e Le Corbusier, na intenção de enaltecer o nível intelectual a qual a “academia Sphan” estava embasada. Em sua narrativa, Bazin não deixou de lado a figura de Rodrigo M. F. de Andrade, descrevendo sua atuação como um “trabalho beneditino”. Para ele, todos na instituição trabalhavam com um “fervor místico” que era estimulado pela dedicação e erudição do próprio Rodrigo M. F. de Andrade e chegava a elevar as práticas do Sphan a um “nível espiritual” (BAZIN, 1949).

Desde o momento de sua criação, essa esfera de intelectualidade, educação e civismo pairava sobre a instituição. Muito mais de que um serviço público burocrático, a preservação de bens móveis e imóveis imputava uma espécie

---

<sup>9</sup> German Bazin era historiador da arte, curador e restaurador. Nascido na França, ele colaborou para o Sphan entre as décadas de 1930 a 1950, período em que empreendeu obras de restauro e museografia, além de estudos sobre Aleijadinho. Sobre esse trabalho, consultar o artigo de Maria Sabina Uribarren (2018).

de caráter educativo e salvacionista à instituição. Não era apenas a proteção desses bens que o órgão ambicionava, mas a efetiva valorização e a inserção deles na história e no dia a dia da sociedade. Não é à toa que Mariza Veloso (2018) intitula a instituição como uma “academia”, referindo-se à intensa prática de pesquisa e escrita as quais o órgão se empenhou, refletidas especialmente nos volumes da *Revista do Patrimônio*.

Pelos recortes expostos, temos uma visão do espaço cultural e político que a instituição ocupava. O Sphan, sinônimo de patrimônio, tinha forte apelo à intelectualidade e à noção de nacionalidade que vinha se fortalecendo, em especial no Estado Novo. Defensor da tradição e da ancestralidade, o Sphan construiu, ao longo de sua atuação, uma imagem de emissário do patrimônio. A defesa, advinda muitas vezes da intelectualidade brasileira, legava ao órgão um papel central na história do país: o de preservar os vestígios materiais de sua história.

### *Os impasses do patrimônio*

As atividades do Sphan não eram de todo “espirituais”, como citado por German Bazin, em 1949. Muitas vezes não eram nem mesmo pacíficas. Em 1946, o jornal *Correio da Manhã* publica a matéria intitulada *Obstinada e tacanha intransigência do Sphan* (OBSTINADA..., 1946). Pelo título nota-se que o tom da narrativa não seria tão favorável à instituição. O fato abordado foi o tombamento de um imóvel na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, o qual foi descrito como “arbitrário” já que o imóvel, que seria demolido para dar lugar a um hotel, não teria características históricas e nem seria digno de se tornar patrimônio local. O desagradado parte da ideia de que o Sphan não ponderava, em suas decisões, a necessidade de progresso e evolução das cidades, que não poderiam ficar “imóveis” frente às mudanças do tempo.

Para fundamentar a crítica ferrenha ao órgão, o jornal cita a falta de atuação da instituição em algumas igrejas locais, essas sim tidas como dignas

de atenção, enquanto se empenhava em “ferir o direito de propriedade” e de progresso, mesmo enfrentando pequenas “revoltas” na comunidade. Para finalizar a crítica, o periódico trata como “arranques de prepotências” as decisões tomadas pela corporação e afirma que tais medidas são incompatíveis com os ideais de democracia, citando como uma hipocrisia do Sphan o parecer positivo para a construção do Grande Hotel de Ouro Preto<sup>10</sup>. O direito de propriedade era constantemente utilizado na defesa de interesses privados. Muitos proprietários valiam-se dessa prerrogativa jurídica como forma de tentar embargar as obras de restauração ou tombamento impostas pelo Sphan. No entanto, o embate muitas vezes era desfavorável ao particular, já que havia tanto na Constituição de 1937 quanto na Constituição de 1946 a previsão de desapropriação por interesse público ou pela função social da propriedade, respectivamente.

É necessário ressaltar que até 1946 o Sphan não tinha um regimento interno. Sua atuação baseava-se no decreto de criação do órgão, assim como no Decreto-Lei nº 25/1937, e as demandas e decisões eram consideradas, em suma, pelo Conselho Consultivo da instituição, composto por um grupo de intelectuais de exímio conhecimento no que se tratava de patrimônio, arte, história e arquitetura. Os pareceres emitidos na época demonstram, por sua parte, a maneira como a intelectualidade de tais agentes era inquestionável, bastando um parecer positivo ou negativo para que a decisão fosse tomada.

Ainda que prevalecendo uma aura de pacificidade e pleno acordo nas decisões sobre o patrimônio, Mariza Veloso (2018) aborda os impasses que se fizeram presentes inúmeras vezes dentro do próprio Conselho Consultivo do órgão, instância máxima de deliberação das práticas de tombamento. Segundo Veloso (2018, p. 203), tais conflitos demonstram que não existia um consenso totalizador nessa instância de debate e atuação. O aprofundamento da autora

---

<sup>10</sup> O Grande Hotel de Ouro Preto foi um projeto modernista executado em Ouro Preto. Com desenho de Oscar Niemeyer, a proposta levantou questionamentos em diversas esferas, especialmente pelas linhas modernas da construção, em contradição com o patrimônio colonial preservado em Ouro Preto.

ocorre por meio da análise das atas dos conselhos, buscando compreender como aqueles intelectuais enxergavam o papel preservacionista que tinham em mãos. Além dos debates internos, havia os externos, advindos de esferas políticas e sociais que, por razão de tombamentos ou práticas de conservação e preservação, em especial de bens imóveis, viam-se partícipes de imbróglis com a instituição. Por mais que houvesse alguns desentendimentos nas tomadas de decisão do Conselho Consultivo, como exposto por Mariza Veloso (2018), de forma geral eram questões pontuais que não causavam grandes conflitos ao *modus operandi* da instituição.

Dessa forma, não é incomum que as medidas tomadas pelo órgão sofressem algumas críticas, sobretudo no que se refere à esfera privada. A ética de tombamento do Sphan e sua atuação quase compulsória nas chamadas cidades históricas geraram um embate direto com interesses políticos e privados no que concerne à ideia de progresso.

O descontentamento com o Sphan, exposto no *Correio da Manhã* em 1946, não era fato isolado. Quatro anos antes, em 1942, o periódico *Jornal do commercio* trazia o mesmo tipo de questionamento com o caso do tombamento do Arco do Telles (DESAPROPRIANDO-AS..., 1942). A questão em si referia-se ao tombamento de um prédio que servia como sustentação para tal arco. A indignação dos proprietários partia justamente do fato de que o prédio em si não representava nada, nem possuía características históricas ou artísticas relevantes, tentaram ainda provar que o próprio arco não era monumento algum. Esse tipo de embate tornou-se presente nas atividades da instituição e, como no referido caso, levantava a questão da inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 25/1937, questionando-se até que ponto a proteção jurídica anulava o direito de propriedade. É importante ressaltar que a Constituição de 1937 trazia em seu artigo 122, nº 14 a previsão de desapropriação por utilidade pública, o que corrobora a validade do Decreto-Lei nº 25/1937. A utilidade pública, nesse sentido, estava relacionada aos valores histórico e, muitas vezes, cívico atribuídos a tais imóveis.

É certo que ao longo de sua atuação preservacionista, o Sphan passou por situações não só de descontentamento, mas também de desprestígio pela sociedade. Tais conflitos envolvendo a atuação da instituição passam a ser vistos com frequência nos jornais da época, entre críticas à atuação, ao suposto descaso do órgão em alguns momentos e, em especial, ao conflito permanente entre as concepções de preservação do órgão e as noções de progresso, com ênfase para a iniciativa privada.

Em 1944, com a derrubada da Igreja de São Pedro dos Clérigos, datada de 1733 no Rio de Janeiro, para construção da avenida Presidente Vargas, o Sphan sofre um “golpe” em sua atuação. Isso porque a referida igreja havia sido tombada pela instituição anos antes, mas nem mesmo a ação impediu a derrubada em vista do progresso e da modernidade que a abertura da avenida buscava demonstrar. Tal contradição não passou despercebida pelo periódico *Diário de notícias* (PATRIMÔNIO..., 1944), que, naquele ano, faz uma censura pontual para a “falta de ação” da instituição diante da tal derrubada, alegando, até mesmo, uma escassez de conhecimento do órgão sobre tal ato. O jornal não poupou críticas à instituição que “se preocupava com a troca de uma janela na candelária”, mas nada fez para impedir a derrubada de um imóvel de valor histórico. Questionava-se até que ponto a instituição tinha autonomia para decidir sobre os bens históricos e tombamento, na medida em que não tinha poder suficiente para impedir que a demolição das estruturas, se assim fosse interesse do Estado.

O golpe sofrido pelo Sphan feria não só sua imagem, mas sua autonomia e a validade de sua atuação. A instituição, que à época da demolição problemática contava com pouco menos de uma década de existência, precisava se consolidar no cenário nacional com uma frente de atuação coesa, alicerçada pelo apoio estatal. Com a derrubada de uma igreja setecentista, tombada pela instituição, em prol de uma modernização urbana, o próprio discurso do Sphan era posto em xeque. Fonseca (2017) afirma que “um serviço como o Sphan,

se não era propriamente útil a seus objetivos imediatos (do Estado), ideologicamente contribuía para ratificar uma imagem de coesão social em torno de um projeto nacional (FONSECA, 2017, p. 129). Apesar do impasse entre patrimônio e modernidade, a relação entre o Sphan e o Estado permaneceu em bons termos, à medida que a instituição ia conquistando sua autonomia.

Em 1946, o periódico *Diário Carioca* (MOTIM..., 1946) expõe mais um desses conflitos entre o Sphan e a iniciativa privada. O tom de crítica é o mesmo: a divergência entre interesses privados e públicos, entre progresso e tradição. O jornal aborda o tema como uma “mística do progresso”, em que a história não teria vez. Entra outra vez em questão o interesse privado, as demolições e novas estruturas, mais modernas, que “brigam” com a teimosia do Sphan em manter prédios antigos de pé, em não apagar nenhum vestígio do passado. A cidade de São João del-Rei é o palco desse embate, sendo citada a “revolta da população” com as atitudes da instituição. Os críticos afirmam que a cidade estava se tornando uma velharia, longe do tão almejado “urbanismo moderno”. A demolição de um antigo casarão para construção de um hotel de linhas modernas teria sido a motivação da crítica, já que tal obra foi embargada pelo Sphan.

Os conflitos com a iniciativa privada quase sempre orbitavam em torno de uma modernização necessária. Não era incomum os casos de proprietários insatisfeitos com os entraves colocados pelo Sphan no que se referia a demolições e, até mesmo, reparos nos imóveis tombados. Chuva (2017) cita algumas dessas desavenças registradas em correspondências entre Rodrigo M. F. de Andrade e proprietários de imóveis, como o caso da *Casa da rua Ana Nery, nº 1*, em que o proprietário argumentava ser um absurdo as reformas propostas pela reparação. A solução encontrada pelo Sphan seria um consenso entre proprietário e instituição, sempre ressaltando que o interesse público sobressaia ao particular. Em impasses como esse, era essencial que o órgão tivesse fundamentado no aval e pareceres de sua equipe de arquitetos. Uma das principais bases

de atuação do Sphan era justamente a coesão de sua equipe de colaboradores, além do alto prestígio que eles desfrutavam no cenário nacional. Entre os nomes recorrentes nos pareceres institucionais estavam Lucio Costa, Godofredo Filho, Paulo Thedim e Renato Soeiro. A autoridade da instituição era construída mediante a erudição e o prestígio de seus parceiros (ALMEIDA, 2018).

Em 1950, o Sphan iniciou o processo de tombamento da Casa da Fazenda do Leitão, no bairro de Lurdes, em Belo Horizonte, onde se encontraria o Museu Histórico da região. Ao encaminhar o processo para o então prefeito, Otacílio Negrão de Lima, o mesmo responde com uma negativa ao pedido, defendendo que “não há necessidade de tal tombamento, visto que o objetivo de tal prática é a preservação do bem imóvel, o que já estava garantido pela atuação da municipalidade”. Negrão ainda ressalta que “o Sphan teria tombado a Igreja da Pampulha e a mesma se encontraria em estado de total abandono” e que “não concorda, absolutamente, com esse tombamento” (TOMBAMENTO..., 1950).

É claro que a negativa do prefeito em iniciar o processo de tombamento, seguida de uma crítica à atuação da instituição na proteção da Igreja da Pampulha resultou numa carta-resposta escrita por Rodrigo M. F. de Andrade. Em sua defesa e da instituição, Rodrigo M. F. de Andrade afirmou que o tombamento, como medida de acautelamento, não extraía o bem das leis e dos regulamentos do município. O diretor do Sphan também ressaltou que os bens tombados que não pertencem a esfera federal tem sua preservação e restauração custeadas pelos proprietários, sendo eles pessoas jurídicas de direito privado ou público. Ainda ressaltava que a própria Casa Fazenda Leitão havia sido restaurada pela instituição ainda no começo dos anos 1940, sem que o Sphan tivesse intenção de prestar serviços à prefeitura local, mas de preservar um bem histórico de valor nacional. Para finalizar sua carta-resposta em defesa do tombamento e da ação do Sphan, Rodrigo M. F. de Andrade esclarece que a situação da Igreja da Pampulha não advinha de descaso da instituição, mas

da falta de verba que a vinha acometendo nos últimos anos. Esclarece ainda que já havia sido providenciado um montante de Cr\$ 200.000,00 para restauração do local. Mesmo com a desavença inicial, a Casa Fazenda Leitão é tombada em 1951, inscrita no Livro do Tombo Histórico.

Os impasses entre o Sphan e a comunidade das “cidades patrimônio” permaneceram ao longo dos anos de atuação do órgão. Em 1959, o periódico *Tribuna da Imprensa* registra um desses impasses ao tratar da velha rixa entre o Serviço e as construções modernas, em especial de particulares. A reportagem acusa o Sphan de “asfixiar a iniciativa privada fazendo vista grossa a autonomia municipal” (ESTÃO..., 1959). Tal acusação se aprofunda com a fala do prefeito de Ouro Preto à época, que afirmava ser o Sphan uma entidade ditatorial no que se refere a questões imobiliárias e um serviço que alimentava a “aversão” da comunidade.

O descontentamento não vinha apenas da limitação no setor imobiliário, mas de uma suposta negligência do Sphan ao preservar os bens históricos que já estavam protegidos. Sendo assim, não era pertinente que o órgão impusesse restrições à iniciativa privada se nem mesmo conseguia manter os bens imóveis preservados. As críticas vinham não só de uma especulação imobiliária, mas de uma constante necessidade dessas cidades de “crescer” e “reviver”. As práticas preservacionistas, que visavam manter as cidades impassíveis, inalteráveis, não condiziam com o furor progressista que se iniciou no país, em especial na década de 1930. Manter essas cidades inertes às mudanças do tempo era quase como colocá-las numa espécie de túmulo, onde apenas a apreciação seria possível, sem levar em consideração as modificações sociais, econômicas e culturais que os municípios estavam passando, em consonância com as alterações do próprio país.

Um exemplo dessa impossível imobilização que o Sphan almejava para tais cidades foi a briga judicial entre o órgão e a cidade de Ouro Preto, visando impedir a construção de um grande cinema na região. Na era do rádio e TV

não demorou até que os cinemas também ganhassem espaço no dia a dia e na cultura de sociabilidade do brasileiro. Logo, era esperado, ou ao menos almejado pelas comunidades, que tais “símbolos do progresso” fizessem parte do cenário cultural. Ao conflitar com tais avanços progressistas, o Sphan era visto como um agente do passado, ultrapassado em sua essência, que não levava em consideração a vida e o cotidiano dos moradores dessas localidades. Visava transformar tais cidades em um “museu a céu aberto”, encarando como empecilhos qualquer vestígio de mudança propostas por quem quer que fosse.

Obviamente, a instituição não encarava suas práticas como atrasadas, muito menos como empecilhos ao desenvolvimento local. Para o Sphan, progresso e tradição deveriam caminhar lado a lado, sendo inconcebível que a destruição do passado fosse condição para o progresso almejado. A instituição julgava-se incompreendida por aqueles que associavam progresso a destruição, associando essas manifestações a uma ausência de sentimento cívico e patrimonialista (MELHOR..., 1941).

É evidente que a instituição não contava apenas com críticas negativas. Do outro lado da balança existia um grupo, especialmente de intelectuais, que vislumbrava no Sphan e em suas práticas preservacionistas a chave para uma nação mais fortalecida em suas tradições e capaz de consolidar seu próprio sentido de nacionalidade. Rubem Navarra escreve ao *Diário de notícias* em 1946, exaltando as práticas do órgão e tratando como “veleidades” as atitudes de políticos e coronéis que buscavam na derrubada uma alternativa para o progresso. Segundo Navarra (1946), era mais do que urgente que as demais cidades mineiras, além de Ouro Preto e Mariana, recebessem o título de patrimônio nacional, aliado ao tombamento delas. Para ele, as cidades “pequenas e gloriosamente líricas” estavam à mercê de interesses políticos e que, se não fossem tomadas providências, acabaria por “desaparecer um capítulo de nossa história”. Faz-se evidente, no apelo que faz a família Melo Franco, em

especial a de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que Navarra acredita que o progresso de tais cidades estava justamente em “deixá-las como estão”.

No ano seguinte, 1947, Navarra escreve para o mesmo jornal, novamente elevando as atividades do Sphan. Navarra (1947) afirma ser o órgão uma “escola”, afastando a instituição de uma ideia burocrática e descrevendo-a como uma “poderosa fortaleza do espírito brasileiro”. Afirma ainda que o Sphan seria uma “brigada de choque” contra a ignorância de quem queria um Brasil “made in Hollywood”. Para corroborar sua defesa de uma instituição culta e acadêmica, Navarra destaca a 8ª edição da *Revista do Patrimônio*, em específico os temas ligados a obras coloniais expostos por Hanna Levy. A erudição de tal material era um símbolo, um reflexo das ações da própria instituição.

Por outro lado, é importante ressaltar que o Sphan fazia um trabalho gradual e amplo de preservação dos bens nacionais, mas, como toda instituição pública, muitas vezes carecia de verbas suficientes para manter suas obras e atividades em andamento. O ato do tombamento garantia proteção estatal ao bem, mas nem sempre era suficiente para garantir sua preservação. Um exemplo dessa dualidade entre tombamento e preservação pode ser vista já na década de 1960, quando o Teatro Santa Isabel, em Pernambuco, sofreu com a falta de manutenção no imóvel. As acusações, então, partiram para todos os lados, mas recaíram com especial ênfase no Sphan, já que o imóvel, datado de 1840, havia sido tombado pelo órgão em 1949. O mesmo tipo de problema podia ser visto no Teatro de Sabará, que havia sido tombado em 1953. Ou seja, o tombamento em si não era garantia da manutenção do edifício. Em 1963, o jornal *Diário de Pernambuco* afirmava que o Sphan não funcionava em todas as partes do país, devido ao corte sistemático de verbas (TEATRO..., 1963). Tal afirmação imputa ao órgão a responsabilidade pela precariedade em que se encontravam certos bens imóveis históricos, ao mesmo tempo que o redime pela falta de condições financeiras a qual a instituição atuava.

Com esse tipo de manchete é possível observar o equilíbrio de forças em que o Sphan se mantinha. Entre defensores entusiasmados, apoio estatal e uma

elite intelectual responsável por suas práticas, o Sphan também encontrava críticas ferrenhas, oposição a suas decisões e embates no âmbito civil, em especial com proprietários insatisfeitos com as demandas do órgão. O trabalho empreendido pela instituição era novo, contava com bases iniciais e apoio da elite e equilibrava-se entre preservar as origens e tradições de um país que ansiava por ancestralidade ao mesmo tempo que se vislumbrava moderna, aos moldes europeus.

### *Considerações finais*

A ideia de interesse público, presente no Decreto-Lei nº 25/1937, foi fundamental para legitimar a atuação do Sphan. Com foco na coletividade e nunca no individual, o órgão era respaldado pela ideia de bem social. Por isso, quando havia impasses originados de âmbitos particulares, a instituição, que representava diretamente o Estado e indiretamente a nação, geralmente se beneficiava.

Analisando jornais da época, é possível perceber como esses conflitos eram evidentes na sociedade. Nesses registros, o Sphan aparecia de diversas maneiras, dependendo do interesse do locutor. Desse modo, fica claro que a atuação do Serviço era muito mais complexa do que o retrato ufanista que se difundiu com o passar do tempo. A instituição precisava lidar com tensões políticas, interesses particulares, críticas e questionamentos, mas, ao mesmo tempo, impulsionar a inovação no campo patrimonial, a formação de uma academia científica e, inclusive, o reconhecimento por parte de intelectuais. O equilíbrio entre essas forças foi crucial para consolidar a atuação e a memória do Sphan, que persiste até hoje, oito décadas depois.

A atuação do Sphan foi de extrema importância para a preservação do patrimônio histórico, uma vez que, antes de sua criação, não existia uma legislação específica que tratasse do assunto. Com a formação do órgão, uma série

de normas e procedimentos foram estabelecidos para proteger e valorizar o patrimônio nacional. No entanto, a atuação do Serviço também foi marcada por controvérsias e polêmicas, principalmente em relação à forma como o patrimônio era valorizado e preservado. Muitas vezes, a instituição era acusada de privilegiar monumentos e edifícios históricos em detrimento da cultura popular e do patrimônio imaterial. Apesar dessas críticas, o Sphan foi responsável por diversas realizações importantes ao longo de sua história, como a criação de museus, a restauração de monumentos históricos e a promoção de pesquisas e estudos sobre o patrimônio nacional.

### *Referências*

ABREU, Alzira. *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALMEIDA, Isabella Maria de Oliveira. *Museu do Ouro – um museu pobre quase franciscano*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Estavam roubando o Patrimônio Artístico do Brasil! *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro. 22 out 1936. In: Rodrigo e o SPHAN – Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan* – Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

A VIAGEM do Ministro da Educação a Belo Horizonte e Sabará. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 maio 1946. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_06&pesq=" Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=40146](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&pesq=). Acesso em: 28 jun. 2021.

BANDEIRA, Manuel. Que idade risonha e bela. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_07&pesq="](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&pesq=) Museu%20do%20Diamante"&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=61371 . Acesso em: 14 set. 2021.

BAUER, Leticia Brandt. *O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134298>. Acesso em: 14 set. 2021.

BAZIN, German. Incumbidos de proteger os monumentos históricos os intelectuais de vanguarda do Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1949. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_04&Pesq="](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&Pesq=)Sphan"&pagfis=47791 Acesso em: 28 jun. 2021.

CASA de Intendência de Sabará. *O observador econômico*, Rio de Janeiro, p. 82, 1947. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&pesq="](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&pesq=)Museu%20da%20Inconfidencia"&pasta=ano%20193&pagfis=20388. Acesso em: 29 jun. 2021.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.

COMPROMETE a visão panorâmica da Igreja do Outeiro da Glória. Ameaçado de demolição o arranha céu – o ponto de vista do Sphan. *Diário carioca*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1949. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_03&pesq="](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=)Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=35826 Acesso em: 11 ago. 2021.

DESAPROPRIANDO-AS quando forem de propriedade particular. *Jornal do commercio*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1942. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_13&Pesq="](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=)Sphan"&pagfis=12436. Acesso em: 29 jun. 2021.

ESTÃO caindo as obras históricas. Lutam grupos particulares com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico – proibidas as construções modernas nas velhas cidades. *Tribuna da imprensa*, Rio de Janeiro, 12-13 dez. 1959. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_01&pesq="Sphan"7pasta=ano%20195&pagfis=46840](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=) Acesso em: 17 ago. 2021.

EVOCAÇÃO do ciclo do ouro. O Museu do Ouro em Sabará – Relíquias e Curiosidades – época da desconfiança – tempo dos “quintos” – os “comprado”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 nov. 1944. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_04&Pesq="Sphan"&pagfis=24265](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&Pesq=). Acesso em: 28 jun. 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo* – trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade* – presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

JULIÃO, Elion Henrique. Patrimônio cultural: conceitos, legislação, educação patrimonial. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

JULIÃO, Leticia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MELHOR proteção ao patrimônio histórico e artístico. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, n. 11, fev. 1941. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=5003](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=) Acesso em: 11 ago. 2021.

MOTIM em São João del-Rei. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 4 maio 1946. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_03&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=24470](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=). Acesso em: 11 ago. 2021.

MUSEU histórico para São João del-Rei. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 31 maio 1946. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=28131](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=). Acesso em: 21 ago. 2021.

NAVARRA, Rubem. Documentos de arte indígena. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 12 maio 1946. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=27873](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=). Acesso em: 11 ago. 2021.

NAVARRA, Rubem. O N° 8 da Revista do “Sphan”. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1947. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=34513](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=). Acesso em: 28 jun. 2021.

OBSTINADA e tacanha intransigência do Sphan. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1946. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=31619](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=). Acesso em: 24 jun. 2021.

O N° 8 da Revista do “Sphan”. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1947. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=34513](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=). Acesso em: 28 jun. 2021.

OS SERVIÇOS de um serviço. *Diário carioca*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1949. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_03&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=37300](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&pesq=). Acesso em: 24 jun. 2021.

PATRIMÔNIO Histórico. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1944. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq="Sphan"&pasta=ano%20194&pagfis=18915](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=). Acesso em: 24 jun. 2021.

RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional: textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Museus, liberalismo e indústria cultural. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 189-198, set./dez. 2011. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2011.47.3.01](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2011.47.3.01). Acesso em: 28 jul. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TAVARES, Denis. “*É esse conjunto que importa preservar, no seu todo*”: negociação e conflito na implantação de uma política de preservação patrimonial em Minas Gerais (1937-1967). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TEATRO de Sabará. *Diário de Pernambuco*. Pernambuco, 11 out. 1963. Disponível em: [memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&pesq="Sphan"&pasta=ano%20196&pagfis=25423](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pesq=). Acesso em: 24 ago. 2021.

TOMBAMENTO da Casa Fazenda Leitão. Documento 0429 -T. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro: IPHAN, 1950.

URIBAREN, Maria Sabina. Germain Bazin e o Iphan: Rede de relações e projetos editoriais sobre o barroco brasileiro. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 108-134, jan./set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/141837>. Acesso em: 29 jul. 2023.

VELOSO, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan – A relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Editora da UnB, 2018.

Recebido em: 01 de julho de 2023  
Aprovado em: 18 de outubro de 2023